

Manter a governabilidade, um desafio no final da transição

por Cláudia Izique
do Rio

"Não se pode desprezar o governo deste jeito." O professor Dionísio Dias Carneiro, do departamento de economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), está convencido que a sucessão depende da governabilidade do País, e se mostra perplexo diante do que qualifica de "disputa pelo benefício do caos".

A campanha eleitoral estaria desestimulando qualquer partido, e até mesmo o governo, de propor, por exemplo, uma política de salários. "Diante do descontrole inflacionário, qualquer política é inútil e as perdas salariais inevitáveis", lamenta Carneiro. O resultado é que, "intuitivamente", todos estariam se retirando da responsabilidade de defender propostas. "Temerosos do desgaste inequívoco" do proponente.

"Teremos mais que seis meses até novembro", diz, preocupado com a falta de confiabilidade nas instituições "que é o que faz a economia funcionar".

O grande desafio é encontrar uma maneira de sustentar o governo, "sem que isso signifique sustentar Sarney". Parece-lhe que coube a Jânio Quadros, "um político experiente", o reconhecimento de que a "ameaça é o caos". Ulysses Guimarães, igualmente habilitado, teve de se render aos compromissos com a unidade partidária, afastando-se do governo.

"O governo está isolado e não tem com quem associar-se", constata Carneiro. O Executivo perdeu poderes para o Congresso, o que torna mais grave o isolamento. "Isso pode significar o fim do presidencialismo."

Carneiro espera que, "mais cedo", os partidos políticos administrem desde o Congresso a situação difícil do País. "O Plano Verão esgotou prematuramente suas possibilidades. Esgotaram-se os controles sobre os preços públicos e a taxa de câmbio fixa já foi abandonada", avalia Carneiro. "O problema da inflação não é enfrentado." E conclui: "Esgotaram-se as possibilidades de neutrali-

zar efeitos ou fazer políticas sérias".

O quadro é de deterioração, de descomprometimento de partidos ou grupos, já que a campanha presidencial inaugura "uma temporada de caça". "Essa racionalidade explicaria o crescimento da candidatura de Fernando Collor de Mello (PRN), que aparentemente é uma folha em branco, sem vínculo com nada", diz Carneiro. Afinal, o que se constata é que as instituições que o contribuinte sustenta não lhes presta serviços.

Ele está impressionado com a demanda pelo congelamento, já que a alternativa "é a inflação desvairada". "A taxa de inflação não é maior ou menor. Mas imprevisível. Perde-se a noção de valores".

Na perspectiva de volta de taxas de inflação alta, não haveria defesa para as perdas salariais. De qualquer forma, Carneiro considera mais fácil indicar erros de política salarial do que da inflação. Apesar de cético quanto à possibilidade de iniciativas de propostas de partidos ou do gover-

no, ele acredita que uma fórmula de política de salário mínimo, "que nortearse os acordos de categorias "menos fortes", seria uma alternativa "desejável". No Brasil, defende-se a negociação e as formas de arbitragem, quando as leis salariais deveriam regalar de barganha, num plano mais político e menos econômico.

Carneiro supõe que diante da omissão dos partidos políticos e do próprio governo, "por conveniência", o Congresso aprovou a lei Rebouças, formulada pelo deputado Osmundo Rebouças, que se fundamenta na equação: Quanto maior o gatilho, menor o salário real para qualquer taxa de inflação.

Ele lembra que desde o governo Geisel até 1983 — quando os salários passaram a reger-se pelos acordos com o FMI — a política salarial sempre foi elemento de "controle de insatisfações". "O sucesso do ministro do Trabalho era evitar greves. Hoje tanto o governo como os políticos estão comprometidos com candidaturas."